

A CONJUNTURA E A CAMPANHA

CONJUNTURA

1. O 9º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores discutiu e aprovou o Programa de Governo. A partir de agora, todas as energias de nosso partido, de cada um dos militantes, filiados e simpatizantes devem concentrar-se na eleição de Lula Presidente, de nossos candidatos ao governo [Estadual] e ao Senado, à Câmara [Federal] e às Assembléias Legislativas. Não se trata de mais uma disputa eleitoral. Trata-se de uma batalha onde estão em jogo, simultaneamente, as chances de uma vida digna para a maioria do povo brasileiro e a possibilidade de colocar num novo patamar a luta pelo socialismo.

2. Há mais de uma década, o Brasil vive uma situação de equilíbrio instável. Os trabalhadores tiveram grandes avanços desde meados da década de 70, quando começam a retomar as lutas parciais, combinando-as com a bandeira do fim do Regime Militar. A multiplicação de organizações populares, com destaque para o PT e a CUT, a campanha das Diretas, o fim da Ditadura Militar e o impeachment de Collor são alguns exemplos. As classes dominantes tiveram que recuar em vários momentos desde o esgotamento do modelo econômico que viabilizou o chamado Milagre Brasileiro, mas, além da Presidência da República, detêm o controle de aparelhos essenciais no Estado e na sociedade, como o Congresso Nacional, o Judiciário, as Forças Armadas, os meios de produção e os grandes meios de comunicação, e ainda mantêm agentes de peso no movimento sindical e popular. Mas continuam não tendo um Projeto Nacional para apresentar à sociedade. É isso que explica o fato de termos crescido tanto na simpatia popular nos anos mais recentes, apesar desse crescimento não ter correspondência, no mesmo grau, em organização e mobilizações. A superação de nossas debilidades organizativas passa por buscar integrar o conjunto da militância petista presente nos movimentos sociais, especialmente a CUT, para atuar na linha partidária, como peça-chave de sustentação da campanha e do governo. Mobilizar a militância em torno da campanha de Lula e de seu programa, mesmo com um objetivo eleitoral, é algo mais significativo, politicamente, do que uma luta econômica ou parcial, ainda que sob formas mais radicalizadas. Portanto, é correto entender que o principal móvel mobilizador neste ano de 94 deve ser a luta pela conquista de um governo democrático e popular, que possa colocar em prática as reformas estruturais e as mudanças exigidas pelo povo brasileiro, especialmente nos últimos 20 anos. Da mesma forma, fazer destas eleições uma grande campanha de mobilização pelas reformas é dar um sentido efetivamente transformador à luta eleitoral e à luta política de modo geral.

Isto mostra tanto as grandes debilidades que ainda temos, como as condições de consolidar o apoio de trabalhadores mais esclarecidos e organizados e da juventude, como também o potencial de polarizar ou neutralizar a maioria dos brasileiros. Aqui, ao contrário da Argentina ou do Chile, as classes dominantes não conseguiram avançar tanto quanto gostariam as reformas neoliberais. E, se não o fizeram, foi graças à resistência do campo democrático e popular.

3. A campanha de Lula vai ocorrer num contexto internacional em que a reciclagem capitalista busca criar o consenso de que o crescimento econômico só é possível com a exclusão da maioria da população e de continentes inteiros. Mas o quadro conjuntural e eleitoral mundial, especialmente latino-americano, já começa a apontar para a reversão do período de predomínio da ideologia neoliberal. São exemplos disso a existência do Foro de São Paulo, a vitória de Mandela na África do Sul, o crescimento da Frente Ampla no Uruguai e da Frente Grande na Argentina, as vitórias da Causa R[Revolucionária] na Venezuela, a possibilidade de vitória do PRD [Partido Revolucionário Democrático] no México, entre outros. Nesse sentido, a campanha de Lula deve ser uma tribuna de denúncia das situações de exploração e dominação e de repercussão das conquistas democráticas e populares.

4. No Brasil, as eleições de 1994 podem abrir uma nova relação de forças a favor do campo popular. A vitória de Lula e seu governo de reformas democráticas e populares significarão uma derrota profunda do projeto neoliberal e do secular domínio das classes dominantes sobre a política brasileira.

5. Desabitadas com a disputa democrática, incapazes de reformar um sistema que lhes permite ganhos fabulosos, as elites tentam, de todo modo, impedir a vitória eleitoral da esquerda. Esse foi o sentido da traição ao movimento pelas Diretas e da ida ao Colégio Eleitoral, do estelionato eleitoral do Plano Cruzado, da extensão do mandato de José Sarney, do apoio ao aventureiro Collor de Mello.

6. A ofensiva neoliberal, viabilizada pela eleição de Collor, sofreu um duro golpe com o impeachment. Desde então, fica cada vez mais claro para o País que só a candidatura Lula reúne condições para superar a crise e retomar o desenvolvimento, com distribuição de renda, riqueza e poder. Sabedoras disso, as forças conservadoras movimentam-se, desde 1992, com um único intuito: impedir nossa vitória eleitoral.

7. É por isso que as elites se esforçaram para impedir que o movimento Fora Collor fosse além da reivindicação de ética na política e passasse a contestar também o neoliberalismo e a privatização do Estado.

8. É por isso, também, que se tentou comprometer o PT com o Governo Itamar, descaracterizando nossa condição oposicionista, em nome da unidade nacional das forças pró-impeachment, como se houvesse entre elas afinidades programáticas que justificassem uma coalizão governamental.

9. Do mesmo modo, embora as elites tenham se dividido entre as propostas de parlamentarismo ou presidencialismo, setores significativos delas apostaram no parlamentarismo, visando esvaziar os poderes de um governo com Lula na Presidência e, assim, impedir as reformas, através do sistema de Gabinete, em que o governo real estaria sob o controle do Congresso. A perspectiva dessa manobra foi uma das razões para que nosso partido rejeitasse a proposta parlamentarista.

10. Diante da previsível derrota nas urnas de 1994, as elites apelaram para o Congresso surgido das urnas de 1990: façam a revisão, antes que o povo faça as reformas. O PT resistiu a mais esse golpe contra a democracia e contra um futuro governo popular. Apesar das dificuldades e das incompreensões, na sociedade e no próprio Partido, soubemos resistir porque nunca consideramos a revisão um fato consumado, uma derrota inevitável à qual devíamos nos curvar.

11. Apesar da maioria pró-revisão; apesar do autoritário Regimento Interno; apesar das manobras golpistas de Humberto Lucena, presidente da revisão; apesar do relator-lobbista Nelson Jobim; apesar do adiamento do prazo de encerramento dos trabalhos, de 15 de março para 31 de maio; apesar do maciço apoio da mídia; apesar dos milhões gastos pelos empresários interessados na quebra dos monopólios; apesar da pequena resistência popular ao golpe revisional; apesar da fraqueza numérica dos contra; apesar disso tudo, a revisão não deslanchou. Instalada há mais de cinco meses, a única decisão relevante adotada foi a redução do mandato presidencial, de cinco para quatro anos, por emenda proposta pelo ano do Orçamento, o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA).

12. Em todos esses episódios – movimento pelo impeachment, unidade nacional em torno do Governo Itamar, plebiscito sobre sistema de governo, revisão constitucional – nosso partido acertou globalmente, derrotando total ou parcialmente as manobras que visavam impedir nossa vitória ou, simplesmente, nos descaracterizar, transformando-nos em fiadores do pacto entre as elites.

13. Outra foi a trajetória do PSDB. Caracterizado pelo 8º Encontro Nacional como um “campo em disputa”, desde então o PSDB vem realizando uma opção diametralmente oposta à do PT. Estivemos em campos opostos no Governo Collor, a quem os tucanos chegaram a ceder quadros de nível ministerial. Enquanto fazíamos oposição ao Governo Itamar, o PSDB dele se apoderava, imprimindo uma política econômica, consubstanciada no Plano FHC, que dá continuidade à do governo anterior. Foram os tucanos os maiores defensores da opção parlamentarista, como também da nova lei eleitoral, nitidamente concebida para prejudicar o campo popular. Finalmente, foi a cúpula tucana e seus aliados no PFL e no PMDB que batalharam pela revisão constitucional.

14. A trajetória do PSDB demonstra como estava correto o PT ao estabelecer, como critério para sua política de aliança, o acordo em torno do programa de governo e o apoio a Lula. Fosse outra a nossa opção, estaríamos enfrentando a desmoralizante situação de ter como aliado prioritário o partido que as elites escolheram como sua alternativa preferencial para derrotar Lula.

15. É nítida a mobilização empresarial e dos setores conservadores em apoio a Fernando Henrique Cardoso. Candidato preferido do grande capital, FHC deu prosseguimento à política econômica de Collor. Com um passado de esquerda, inserção nos setores médios e uma aura de honestidade, Fernando Henrique Cardoso, com a conivência de Mário Covas, vem costurando uma coligação com diversos partidos conservadores, como o PTB, o PP e, principalmente, o PFL, com o objetivo de disputar contra Lula o segundo turno.

16. A aproximação entre o PSDB e o PFL não é algo inusitado. Em 1989, após discursar no Senado em defesa de um “choque de capitalismo”, Mário Covas, então candidato tucano à Presidência, convidou Roberto Magalhães para ser seu vice. Quando o Governo Collor já tinha mostrado sua face neoliberal e corrupta, o PSDB discutia a conveniência de entrar para o governo. Foram os tucanos nossos maiores opositores na administração da capital paulista. Uma vez no comando econômico e político do Governo Itamar, FHC adotou um plano econômico antipopular, submisso aos interesses do grande capital e do sistema financeiro internacional. Confirma-se, assim, a afirmação de Tasso Jereissati: no mundo de hoje, não há diferenças entre

governos conservadores e social-democratas. Mas as chances de sucesso eleitoral de FHC, baseadas, em boa medida, no plano econômico, concebido para ser mais um estelionato eleitoral, são reduzidas: falta ao “cruzado dos ricos” o mínimo apelo popular.

17. Tradicional alternativa eleitoral dos setores mais à direita, Paulo Maluf optou por não disputar a Presidência. Contribuíram para essa decisão uma desastrosa gestão na Prefeitura paulistana, as desavenças com seu vice (que não lhe garantiria o controle da máquina após a desincompatibilização), as repercussões atuais e futuras do escândalo Pau-Brasil, a resistência de assessores. Mas o principal motivo foi a pressão dos setores empresariais, hoje alinhados com a candidatura do ex-ministro da Fazenda. Obrigado a desistir, Maluf parece não ter decidido onde vai descarregar seu cacife eleitoral. Pode apoiar uma candidatura presidencial do próprio PPR, pode fazer um acordo com Orestes Quércia, pode, inclusive, apoiar Fernando Henrique Cardoso.

18. Quércia também é pressionado por aqueles que não o querem na disputa. Enfrenta a resistência dos mesmos setores que forçaram Maluf a desistir, bem como a oposição interna de setores minoritários do PMDB, que podem negar-lhe apoio durante a campanha. Reagindo a essas resistências, tudo indica que Quércia fará um discurso contra as elites, a revisão constitucional, o plano econômico e, naturalmente, contra o PT. Por isso, ainda que consideremos, neste momento, o PSDB como adversário principal da candidatura Lula, não subestimamos o potencial do ex-governador paulista.

19. As dificuldades em unificar os setores conservadores em torno de uma única candidatura são um sinal de que as elites, apesar de uma derrota iminente, ainda não conseguiram superar suas divergências internas. Fenômeno semelhante se verifica no comportamento do empresariado frente ao plano econômico – cujo sucesso político seria possível caso os oligopólios firmassem um pacto de reduzir, mesmo que por poucos meses, a alta dos preços. Mas o desfecho da revisão constitucional é o fato que deixa mais evidente a contradição entre a vontade de derrotar Lula e a incapacidade de unir-se para tal.

20. Comprovando o acerto daqueles que nunca a consideraram um fato consumado, a paralisia da revisão constitucional, somada à dianteira de Lula nas pesquisas, deixa desarvoradas as classes dominantes. É o que explica, por exemplo, a chamada crise entre os poderes, que Itamar insuflou há pouco. É o que estimula, também, a movimentação de setores militares. Expressão de um fenômeno real – a dificuldade de unificação das elites contra a alternativa democrático-popular – o espectro de uma crise institucional serve para intimidar setores da esquerda, que passam a defender “soluções institucionais”, inclusive tentando ressuscitar a revisão para exorcizar o fantasma do golpe.

21. No Brasil de 1994, o fiador da institucionalidade é a candidatura Lula. É nela que o Partido deve lançar todos os seus esforços. E, para isso, reafirmarmos nossos compromissos com o socialismo e com as reformas democráticas e populares.

22. É a partir desse quadro de referência que analisamos a conjuntura recente e seus desdobramentos imediatos. Do mesmo modo, nossa tática de campanha, aprofundada a seguir neste documento, orienta-se por essa visão de conjunto.

23. Embora de forma diferenciada, as eleições gerais de 3 de outubro, sobretudo a disputa da Presidência da República, dominam todos os lances conjunturais das diferentes forças políticas. Em torno dessa disputa evolui o plano econômico; cadencia-se o ritmo das lutas sociais; posicionam-se os governos municipais, estaduais e federal; definem-se mais claramente os candidatos e os blocos de alianças. Enfim, a própria agonia da revisão constitucional ocorre em meio ao jogo político-eleitoral.

24. Apresentado como um instrumento seguro para debelar a inflação, o Plano FHC-2 segue a trilha de seus antecessores: arrocha salários, deprime o consumo, mantém elevadas as taxas de juros e libera os preços de qualquer controle efetivo. Conforme podia ser previsto já nos primeiros dias de março, a implantação da URV agravou o processo de instabilização, ao mesmo tempo em que se deterioraram ainda mais as condições de vida da maioria da população. Desde então, vem se acelerando, continuamente, a inflação em cruzeiros reais, sobretudo dos preços da cesta básica, enquanto os trabalhadores sentem, a cada dia, a perda progressiva de seu poder aquisitivo. Em especial, o do salário mínimo, que foi fixado, em termos ultrajantes, pelo ministro Fernando Henrique em valores inferiores a qualquer outro período da história deste país e mesmo inferior ao salário mínimo vigente em países em condições de desenvolvimento piores que as do Brasil.

Além disso, a gestão do Plano FHC tem sido mais desastrosa do que seus pressupostos equivocados e injustos. Por um lado, de forma autoritária, o governo recusa-se a negociar e incorporar críticas e sugestões do Congresso e de diversos segmentos da sociedade civil, notadamente do movimento sindical. Por outro, vem fazendo, continuamente, concessões aos monopólios, ao permitir que estes fixem, ao seu bel-prazer, os preços de seus produtos, e aos beneficiários da ciranda financeira, através de uma política de taxas de juros absurda e sem paralelo no planeta. Concessões estas que se tornam ofensivas à dignidade nacional e ao esforço de desenvolvimento soberano do País, como o recente acordo de renegociação da dívida externa, firmado pelo Governo Itamar e os credores privados. É importante, ainda, lembrar que na Fase 1 do Plano FHC, o chamado ajuste fiscal, foram cortados bilhões de dólares nas áreas de saúde, educação e transportes, levando a já precária situação social do País a se deteriorar ainda mais. Ao mesmo tempo, o governo deve gastar cerca de 17 bilhões de dólares em pagamento de juros e principal da dívida interna, beneficiando os grandes aplicadores do mercado financeiro. Neste cenário de irresponsabilidade, insensibilidade social e privatização do Estado, fica desde logo coerente a candidatura FHC, que, de forma aventureira, abandona o seu cargo logo após a edição do Plano, para se colocar a serviço das forças reacionárias a fim de evitar, a qualquer preço, como já tinha ocorrido em 1989, a vitória da candidatura Lula.

25. O PT reitera sua posição de que a inflação é um problema grave e que demanda a implantação imediata de um programa de estabilização. Tal programa, no entanto, não se resume a uma mera reforma monetária ou um simples ajuste fiscal, mas passa, necessariamente, por um vasto programa de reformas estruturais da economia e do Estado, que traga em seu bojo as bases de um novo padrão de crescimento, de desenvolvimento social, e inicie o processo de distribuição de renda, assim como um novo tipo de inserção soberana no cenário internacional. Nesse

sentido, apresentamos à discussão, com todas as forças progressistas, uma proposta de diretrizes de estabilização e desenvolvimento, que estamos aprovando neste 9º Encontro.

26. Essa contradição tem levado até mesmo ao surgimento da inflação em URV, negada cinicamente pela equipe econômica, para quem não pode existir inflação... num "índice"! Entende-se, daí, o porquê do conflito de orientação entre o governo e a equipe econômica acerca do melhor momento para a introdução do Real, fixado para 10 de julho como prazo máximo, a fim de que o Plano possa produzir um mínimo que seja de impacto eleitoral.

27. Um componente importante, não apenas do Plano, mas das condições para a viabilização de uma vitória do campo popular e da viabilização do programa de governo, é o comportamento do movimento popular e sindical. Do ponto de vista do movimento sindical, embora tenham eclodido greves na região do ABCD, ainda é cedo para medir a extensão da reação frente à urvização dos salários. O mais provável, porém, é que as lutas sociais mantenham-se no nível atual, podendo crescer de intensidade, mais em função da campanha eleitoral, cabendo-nos estimular o surgimento de um movimento nacional em defesa das reformas estruturais no País.

28. A consolidação da unidade política e organizativa dos trabalhadores, assim como o fortalecimento das entidades representativas, particularmente dos sindicatos e da CUT, é uma tarefa básica para todos aqueles que desejam levar adiante o governo Lula. O movimento sindical deve lutar pelo fortalecimento dos trabalhadores, o que se traduz na consolidação de sindicatos amplos, fortes e enraizados nos locais de trabalho. Dessa maneira, as entidades sindicais podem ocupar papel essencial na constituição de um forte movimento nacional de luta dos trabalhadores por conquistas imediatas e por reformas estruturais, que estamos propondo ao País, fazendo avançar nossa organização e a luta pelo socialismo.

29. Isso porque parece estar consolidada, em amplos setores da população, a idéia de que uma melhoria efetiva nas condições de vida depende do resultado das eleições de 3 de outubro. Ainda que reflita uma expectativa favorável à candidatura Lula, o marasmo é negativo. Por isso, a orientação do Partido, de nossas lideranças sindicais e populares, deve ser no sentido de mobilização contra o arrocho provocado pelo Plano FHC. É fundamental que o PT, nossos economistas, nossos parlamentares, passem à ofensiva no combate público ao Plano, fundamentando de forma consistente nossa oposição a ele, que não se esgota em seus aspectos eleitoreiros.

30. Sustentada pela maioria do grande empresariado (que tem em Quéricia uma opção de reserva), a candidatura FHC começa a ter a seu favor, de maneira ostensiva, a máquina do governo. Esse é o sentido das pressões de Itamar contra membros do governo que se inclinam por Quéricia, agora opositor, por conveniência eleitoral, ao Plano e ao próprio presidente. Assim agindo, o governo sinaliza para setores não-quercistas do PMDB, acenando que terão amparo oficial à sua eventual dissidência pró-FHC. Propósito idêntico de respaldo a FHC é o anunciado abono aos trabalhadores de salário mínimo, que deve excluir aposentados e pensionistas.

31. Não é novidade, no Brasil, o apoio da máquina a um candidato. Mas nada faz prever que, por si só, tal apoio possa reverter o quadro eleitoral, até porque FHC

– na condição de ex-virtual primeiro-ministro – já tem a imagem de candidato chapa branca e é, evidentemente, apoiado pelo governo. O que muda, para nós, é a necessidade de carregar, de forma mais nítida, a oposição a Itamar.

32. O xadrez das candidaturas presidenciais já está praticamente montado (ver o item Panorama das Candidaturas), incluindo os acordos estaduais. Lula, líder das pesquisas, está recebendo o apoio de praticamente todos os partidos do campo democrático-popular, além de comer por baixo outras estruturas partidárias. Quércia ainda trabalha para consolidar sua candidatura no interior do PMDB, tentando atrair Brizola para um pacto de apoio às vésperas do primeiro turno. Provável vitorioso na prévia interna, seu potencial de crescimento não deve ser menosprezado. Tanto pode dividir os votos dos setores conservadores, como pode vir a nos criar dificuldades, adotando uma linha de campanha hipócrita e populista.

33. FHC é o candidato preferencial das elites e deve ser apoiado por uma coligação conservadora, que inclui PSDB, PFL, PP e PTB, além de setores do PMDB. Caso o PPR lance um candidato capaz de atrair o voto malufista e caso Brizola saia candidato, reduz-se o potencial quercista. O velório da revisão constitucional, que as classes dominantes insistem em ocultar, confirma o grau de dificuldade que as elites e seus partidos enfrentam para estabelecer uma unidade de ação. Entretanto, é preciso ficar atento para três desdobramentos.

34. O primeiro deles é a atribuição de responsabilidades pelo fracasso da revisão. Nós consideramos o fim da revisão como uma vitória do campo popular, e nunca “um risco para a democracia” por conta da desmoralização do Congresso. Para não desmoralizar-se, o Congresso precisa sofrer uma limpeza geral nas próximas eleições, enfrentando uma verdadeira CPI Popular em 3 de outubro.

35. O segundo desdobramento é constituído por movimentos de última hora, seja no sentido de aprovar emendas revisionais, seja com o intuito de facilitar futuras revisões. Devemos capitalizar nossa postura isolada anti-revisão e manter a obstrução, inclusive não contribuindo para que se examine em segunda votação emendas aprovadas em primeira. E não devemos aceitar qualquer emenda que facilite emendas à Constituição: não podemos abrir a guarda para que as ações de um futuro Congresso com hegemonia conservadora venham a paralisar as iniciativas do governo democrático-popular.

36. Finalmente, é preciso – pela oportunidade do fim da revisão – assumir com clareza que chegou a hora das verdadeiras reformas. Este tom deve marcar nossa campanha eleitoral, bem como nosso programa de governo, que apontará as reformas de natureza institucional que serão defendidas a partir de 1º de janeiro de 1995.

LINHAS GERAIS DA ESTRATÉGIA

37. As eleições de 1994 representam uma oportunidade ímpar na história de nosso país. Com Lula, a classe trabalhadora e o conjunto das forças autenticamente democráticas do Brasil têm ao alcance das mãos a chance de conquistar a Presidência da República, para inaugurar um período de profundas mudanças estruturais.

38. Por meio dessas mudanças, que terão como alvo central a erradicação da miséria e a conquista da cidadania para os milhões de brasileiros excluídos, lançaremos as bases para a construção, em horizonte de largo prazo, de uma sociedade inteiramente nova, livre da exploração ou dominação de qualquer tipo; uma sociedade socialista e democrática.

39. Não é por acaso que essa virada histórica se torna possível exatamente agora. Há mais de uma década, o Brasil vive profunda crise econômica, política, social, cultural e moral. Esgotado o modelo de desenvolvimento que vigorou até meados dos anos 70, nenhum outro foi posto em seu lugar.

40. As elites dominantes já não conseguem encobrir a existência de profundas divergências no interior de suas fileiras e instituições. Viciadas pelos esquemas de disputa política e tráfico de influências que marcaram o aparelho de Estado nos anos de Ditadura Militar, não se mostraram capazes de articular outro modelo hegemônico a partir da transição Tancredo-Sarney.

41. Desde então, o controle sobre a Nação foi exercido à base de choques econômicos de visão curta, do embarque irresponsável na aventura proposta pela quadrilha de Collor e, de ponta a ponta, insistência na tecla do receituário neoliberal, que só tem feito aprofundar o desemprego, a pobreza, a corrupção, a espiral inflacionária, o desmantelamento do Estado e as dificuldades de nosso sistema produtivo.

42. A crise prolongou-se, entretanto, porque as camadas populares ainda não tinham conseguido se unificar – como fazem agora, na disputa de 1994 – em torno de um projeto alternativo que seja consistente e ponha no centro das atenções o fim da exclusão e a necessidade de incorporação plena, à cidadania, dos milhões de homens e mulheres colocados à margem da vida nacional pela perversa concentração da renda, já antiga no País, agravada nos últimos tempos pelo tipo de ajuste imposto pelo FMI e por outros organismos internacionais.

43. O caráter radical de nosso projeto de resgate da dignidade nacional está expresso no fato de anunciarmos, sem meias palavras, a necessidade de mexer nas raízes do atual modelo. E esse propósito revolucionário determina também a resistência que, fatalmente, será exercida pelas elites, que se sentem culpadas e ameaçadas.

44. Por isso, a polarização tende a ser uma das marcas principais da disputa. Adversários poderosos lançarão mão de todos os recursos ao seu alcance – legais e ilegais, verdadeiros e falsos, éticos e imorais – para tentar impedir nossa vitória. E como tais forças controlam instrumentos importantes, como os meios de comunicação, o sistema financeiro, todos os ministérios, o Congresso Nacional e até o Judiciário, todo o favoritismo de Lula não chega a ser suficiente para autorizar qualquer otimismo irresponsável e desmobilizador.

45. Devemos estar preparados para um verdadeiro clima de guerra. E não se vence uma guerra sem contar com uma estratégia claramente definida, unificando todas as iniciativas e mobilizações que nossa militância, candidatos, partidos coligados, organizações populares, entidades civis e movimentos sociais lançarão em cada canto do Brasil, para garantir a concretização desse sonho perfeitamente realizável.

46. Essa estratégia já tem alguns eixos, que são definidos a seguir.

POLARIZAÇÃO

47. O PT só conquistou o invejável patamar de aprovação popular que hoje possui graças ao seu compromisso com os interesses dos trabalhadores e à sua trajetória de combate aos desmandos das elites. A dianteira de Lula em todas as pesquisas reflete, acima de tudo, o deslocamento político de milhões de brasileiros, frustrados com o desfecho da novela da transição por cima. Mostra a insatisfação e a impaciência de quem já optou, no passado, por alternativas conciliadoras ou conservadoras. Expressa uma vontade de mudança, que antes se confinava aos grandes centros urbano-industriais, mas agora chega aos distantes grotões do interior.

48. A esse apoio empolgante, nossa campanha não poderá responder com um discurso morno. É preciso aproveitar cada instante da disputa para mostrar que a miséria cruel distendida sobre o País tem responsáveis, que em geral terminam lucrando com ela. Que existem siglas partidárias atrás de cada escândalo envolvendo PC Farias, ou os anões do Orçamento, as listas do jogo do bicho e todas as negociatas focalizadas pela imprensa. Que o salário mínimo em um patamar vergonhoso de 64 dólares é a fonte dos lucros fabulosos de empreiteiras, bancos e cartéis do comércio e da indústria. O Brasil não vai se livrar dessas correntes que impedem o progresso sem reformas profundas, que toquem nas próprias raízes do atual modelo.

49. Além do mais, a polarização será imposta pelos próprios adversários, que, desde cedo, já martelam preconceitos contra nosso candidato, no mais puro estilo da histeria anticomunista que deu vida ao Regime Militar de 1964-85, e serviu como manto protetor da corrupção, que cresceu e, hoje, explode em vergonha nacional.

50. Nossa campanha se apoiará, portanto, na afirmação da diferença. Será o confronto da honestidade com a corrupção; proporá a consistência do combate à pobreza, como alternativa ao superficialismo dos ajustes que ignoram as condições sociais de um povo inteiro; vai encarnar a idéia da ruptura, em oposição à conciliação; a coerência combatendo o oportunismo de alianças eleitoreiras.

51. Claro está que assumir a polarização não pode significar, em hipótese alguma, cair na armadilha de quem propõe temas ideológicos, abstratos e distantes, no lugar de questões concretas, como o desemprego brasileiro. Nem, muito menos, opor campanha ideológica e campanha programática.

52. A luta será ideológica, sim, porque aos adversários restam poucas armas além do recurso a velhas manipulações ideológicas. Será ideológica também no sentido de que apontaremos claramente quem ganha e quem perde com as políticas do governo Lula. Mas será, sobretudo, programática porque, ocupando a dianteira e sendo prováveis vencedores, temos todo o interesse em priorizar o debate em torno de medidas concretas, capazes de materializar nossas idéias.

LUTA PELAS REFORMAS

53. Daremos prioridade ao debate programático porque será vital para a vitória e para o êxito do Governo Lula que milhões de brasileiros ergam as bandeiras da

reforma agrária, da distribuição da renda, da retomada do crescimento econômico em novos padrões, da erradicação da miséria, da revolução educacional e da recuperação dos serviços públicos, imprimindo ao seu voto um conteúdo consciente.

54. A difusa vontade de mudança que hoje se aglutina em torno de Lula precisa ser politizada e transformada em compromisso concreto de luta pelas reformas. E isso não pode ser obtido, à escala de milhões de cidadãos, apenas com a publicação de um programa geral, por mais consistente e fundamentado que seja.

55. É preciso que o conteúdo amplo de nosso programa de governo seja resumido em um núcleo compacto de idéias-força facilmente assimiláveis até pelos brasileiros de pequena ou nenhuma escolaridade. Emprego, salário decente, comida, terra, casa, escola, saúde, cadeia para os corruptos, fim da violência, são alguns dos temas centrais que requerem ênfase especial durante a campanha, seja sob a forma das “cinco pontas da estrela”, dos “treze pontos do Lula” ou qualquer outra fórmula simbólica de impacto. Nesse sentido, muito antes do 3 de outubro será necessário lançar projetos concretos, detalhando todas as iniciativas que serão adotadas pelo novo governo relativamente a tais idéias-força, apresentando prazos, metas e números palpáveis.

56. Dessa maneira, seremos capazes de responder ao desafio que é a necessidade de gerar um clima contagiante de mobilização popular, em escala nacional, como condição indispensável para a vitória e garantia de realização do programa transformador.

57. As idéias-força não devem ser assumidas apenas por seu sentido pedagógico e como instrumento de propaganda em escala de massa. Elas são muito mais do que isso. Representam um eixo central para toda a nossa argumentação de campanha. Cada debate sobre dívida externa, dívida interna, privatizações, estatais e controle da inflação não pode ser aceito por nós no contexto frio da racionalidade econômica, onde a fome e a miséria se diluem em estatísticas abstratas.

58. Deve ser travado, obrigatoriamente, em conexão direta com o enfoque da miséria, do desemprego e da falta de escolas e hospitais. Porque, se é para combater a fome, gerar empregos, garantir moradia, terra, educação e saúde, a população assumirá perfeitamente a necessidade de qualquer alongamento na chamada dívida pública, dureza no tratamento da dívida externa, a defesa do patrimônio representado por estatais necessárias, como a Petrobrás, o Banco do Brasil etc.

59. Uma das idéias-força centrais da estratégia de campanha deve ser a discussão, de forma didática e política, do Orçamento da União para o ano de 1995 (o orçamento para Lula governar). O mesmo poderá ser feito com os orçamentos de cada estado. Para tanto, uma equipe, nomeada pela Direção Nacional, deverá organizar esta discussão com a edição de uma cartilha popular sobre orçamento, assim como usar a televisão e demais meios de comunicação.

60. Com base nas idéias-força divulgadas durante a campanha, o Governo Lula apresentará um plano concreto para os primeiros dias de janeiro. As medidas desse plano devem ser capazes de potencializar apoio político ao governo democrático e popular e neutralizar certos segmentos do empresariado, melhorando a vida da população e preparando o campo para as reformas estruturais.

61. Já em 1988 vivenciamos o fenômeno de vitórias eleitorais em grandes centros urbanos, que não vieram acompanhadas de um efetivo engajamento de amplos setores populares na sustentação das propostas de mudança trazidas pelas administrações democráticas.

62. Paradoxalmente, esta é uma grande ameaça que enfrentaremos nas eleições. O clima do já ganhou desconsidera a capacidade de manobra das classes dominantes e estimula a paralisia política, embalada na ilusão de que a vitória é certa, bastando, para tanto, não cometer erros graves, o que se garante com a prudência do imobilismo. E, dessa forma, a promessa de voto em Lula deixa de ser transformada em um compromisso ativo em torno das reformas estruturais.

63. Ou politizamos a disputa, conferindo conteúdo democrático-popular à vontade de mudança, ou corremos o risco de repetir experiências de governos de esquerda que, carentes de estratégia e de força social, terminam capitulando perante a resistência das elites.

64. Essa resistência será absolutamente certa em qualquer cenário de vitória de Lula, e ela só poderá ser superada caso dezenas de milhões de brasileiros tenham assimilado a campanha como momento da virada histórica e estejam decididos a defender o governo popular e suas reformas estruturais.

65. As idéias-força de nosso programa precisam valer como um elemento de convergência para reanimação dos movimentos populares, sindicais, estudantis, das organizações não-governamentais, da intelectualidade, das comunidades religiosas etc., em um processo de unificação que faça a campanha Lula transbordar as fronteiras partidárias, até o ponto de converter-se em clamor nacional pelas mudanças, crescendo como grande caravana nacional que expresse a força social de mudança capaz de sustentar novo governo.

COMITÊS LULA

66. Não será possível a deflagração de um movimento tão amplo sem instrumentos elementares de organização popular, no nível da base, para articular a contribuição dos milhões de eleitores de Lula no âmbito do seu local de moradia, de trabalho, de estudo, de vida social, cultural ou religiosa.

67. Os Comitês Lula precisam ser semeados aos milhares e milhares, por todos os cantos do País, constituindo-se como poderoso instrumento de organização dessa participação popular e como verdadeira alma de toda a campanha.

68. Os Comitês Lula dispensam formalidades burocráticas e devem ser expressão da criatividade popular, espalhando-se com dinâmica espontânea, de forma a superar a experiência de 1989 e a proliferação dos comitês da campanha Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida.

69. É natural que, em um primeiro momento, sua constituição siga a própria estrutura orgânica do PT e demais partidos coligados, sendo também dinamizados pelos milhares de candidatos proporcionais que levarão o nome de Lula em todos os estados. Mas é fundamental que eles sejam estruturados também a partir dos próprios movimentos sociais e, daí, passem a ser constituídos livremente, ao ponto

de atingirmos aquele patamar de tantas campanhas vitoriosas, em que o núcleo central de coordenação “perde o controle” sobre o número real de comitês, onde estão, como agem, quantas pessoas reúnem.

70. Nessa perspectiva, é preciso colocar de pé a força social de mudança, como um processo cujos passos estão adaptados às diversas fases da campanha. Os comitês de base, encontros, plenárias, constituídos na fase anterior, terão lançado as sementes para viabilização, em momento oportuno, de um Encontro Nacional Lula Presidente. Um tal chamado, mobilizando a rede capilar de Comitês Lula, dará peso e volume à campanha, apontando para gigantescos comícios, reunindo a força da esperança do povo.

A MOBILIZAÇÃO SINDICAL

71. Entendemos que é fundamental engajar a nossa base social organizada nessa disputa, mas, ao nosso ver, esse processo não se encerra nas eleições de 94. A possibilidade de realizar as reformas apontadas está diretamente relacionada com nossa capacidade de mobilização e com o grau de acumulação que formos capazes de fazer no processo. Só a compreensão do caráter dessa disputa, do que está em jogo, do País que queremos construir, permitirá consolidar a base de sustentação do governo democrático e popular, que faça frente ao embate político-ideológico posto pela classe dominante após 1º de janeiro de 95. Temos que construir hoje a organização que garanta a concretização do programa do governo democrático e popular amanhã.

72. As lutas por emprego, salário e condições de trabalho continuam atuais, mas a ação sindical tornou-se insuficiente. Se continuarmos insistindo na luta meramente corporativa, restrita às questões econômicas imediatas, de caráter apenas sindical, não estaremos respondendo por inteiro às necessidades de nossas respectivas categorias, sejam as colocadas pela conjuntura, sejam as colocadas pelas alterações estruturais que modificaram as relações de trabalho.

73. O impacto do desmonte da função social do Estado coloca para cada trabalhador e suas respectivas famílias um conjunto de preocupações, angústias e necessidades concretas, que vão muito além do local de trabalho ou do campo de luta estritamente salarial, como educação, saúde, moradia, seguridade etc.

74. As alterações na relação de trabalho, isto é, a introdução de novas tecnologias, a terceirização, o desemprego estrutural, a flexibilização da produção e da jornada, a desregulamentação de direitos e os novos sistemas de gerenciamento, acelerados violentamente pelo ajuste ao projeto neoliberal, também impactaram profundamente a nossa ação sindical.

75. As lutas por reforma agrária, contra o pagamento da dívida externa, da desprivatização e função social do Estado e por uma política econômica que garanta a geração de empregos, devem fazer parte da agenda sindical do período. O desafio é articular essas bandeiras de caráter programático com a demanda da luta sindical, e reafirmarmos que existe espaço para isso: o trabalhador comum já tomou consciência que a questão do salário e do emprego, por exemplo, não se resolve apenas no espaço da fábrica ou do sindicato. Propomos o emprego como centro inicial de luta do período, e devemos articular a luta pelo emprego como parte da luta

contra a fome, fazer campanha nacional por redução da jornada sem redução dos salários no centro da agenda sindical, opor resistência às demissões e travar a luta por estabilidade.

76. Nosso objetivo é fazer um rápido processo de convencimento no sentido de construir um amplo movimento de massa em torno dessas bandeiras. Para tanto, é necessário combinar várias iniciativas, como assembléias, plebiscitos, atos, passeatas, debates etc., articuladas com iniciativas institucionais, como medidas no Judiciário ou no Congresso, no sentido de criar fatos políticos mobilizadores.

77. Precisamos potencializar o calendário e os momentos do movimento sindical e popular, como eleições sindicais, campanhas salariais, jornadas dos trabalhadores rurais, congressos da CUT, 1º de Maio etc.

78. É preciso colocar a nossa estrutura em função dessas iniciativas: carros de som, adesivos, cartazes, boletins etc. Temos que ser capazes de construir um processo que engaje nossa base social, desde já, na disputa: conquistar a vitória eleitoral de Lula para Presidente e nos governos estaduais.

79. Devemos criar um Comitê de Sindicalistas, que centralize, dê organicidade e dinamismo a todas as iniciativas e atividades da campanha que envolva o setor; constituir comitês por local de trabalho, categorias e regiões, que assumam as tarefas políticas desse movimento, ampliem o conjunto de iniciativas no sentido, inclusive, do compromisso com a sustentação financeira de nossa campanha; fortalecer o Partido dos Trabalhadores, ampliando campanhas de filiação, consolidando os seus núcleos de categoria, fortalecendo as respectivas secretarias sindicais. Nesse sentido, é fundamental fortalecer a vida orgânica do PT.

80. É preciso intervir na linha de campanha, encarando a disputa ideológica posta pela burguesia, deixando claro que, para realizar as reformas propostas pelo nosso programa, a conta tem que ser paga pelos setores da classe dominante que sempre acumularam com a miséria do povo, como o capital financeiro e os latifundiários. É preciso, ainda, produzir subsídios para a orientação unitária da campanha a ser desenvolvida nos comitês e nos materiais sindicais (boletins, jornais, cartazes, programas de rádios e TV etc.); garantir, também, a produção de material periódico de massa, voltado para o setor; construir a unidade dos petistas no movimento sindical, a partir da unidade de ação, do debate franco das idéias, da constituição de mecanismos democráticos.

ALIANÇAS

81. A construção do mais amplo leque de aliança partidária que seja possível em torno do programa de governo transformador constitui também eixo central de nossa estratégia. Através das alianças, a candidatura Lula expressa a consciência de que a gravidade da crise nacional exige soma de esforços e uma luta conjunta de quem pensa diferente, mas tem unidade em torno da proposta de mudanças. Mais que isso: significa a constatação de que teremos melhores condições de assegurar a eficácia do futuro governo se formos capazes de ultrapassar, na gestão democrática, as fronteiras de nosso partido e de nossos aliados já históricos no movimento social.

82. Unificando desde já, em escala nacional, os partidos que integram o campo democrático-popular no Brasil – PSB, PPS, PCdoB, PC, PSTU e áreas do PV

– temos condições, em muitos estados, de ampliar pragmaticamente tal leque, incorporando à Frente setores do PSDB, PDT e PMDB descontentes com as alianças formadas pelas cúpulas de seus partidos, ou os que acompanharão a dinâmica de crescimento da candidatura Lula, respeitando sempre os critérios éticos e políticos, que vedam alianças com os conservadores, com os exploradores e com os corruptos. Porque a busca de alianças amplas e o pragmatismo não podem atingir, em nenhuma hipótese, o patamar da desfiguração, que faz a força da coerência transformar-se na fraqueza do oportunismo político.

83. Peça fundamental, para assegurar a visibilidade da aliança partidária que apóia Lula, será o Fórum Nacional Democrático e Popular (Conselho Político de Campanha), integrado por algumas centenas de figuras destacadas no cenário brasileiro, como representação viva da sociedade civil: religiosos, artistas, intelectuais, juristas, cientistas, sindicalistas, pequenos e médios empresários, esportistas, militares e expoentes de outros segmentos. Esse Conselho Político realizará reuniões nacionais em datas significativas da história brasileira – 13 de Maio (denunciando a farsa da Abolição de 1888), 2 de Julho e 7 de Setembro – manifestando-se, em cada oportunidade, a respeito da conjuntura nacional e dos rumos de nossa campanha.

UNIDADE DE AÇÃO

84. Se a unidade entre partidos constitui elemento importante de nossa estratégia de campanha, é fundamental reafirmar que a unidade no próprio PT tende a ser um requisito indispensável para a vitória. Os grandes meios de comunicação mantêm, com relação ao PT, uma linha de ataque constante, confundindo nossa rica democracia interna com desagregação e buscando firmar a imagem do PT como partido rachado e fator de enfraquecimento de um governo Lula.

85. É imperativo, portanto, que nosso partido, sem abandonar seu clima saudável de questionamentos internos e de convivência na pluralidade, demonstre, durante toda a campanha, que prevalece amplamente, sobre as divergências, uma profunda unidade em torno de Lula, em torno do programa e em torno da vontade de transformar o Brasil em um país justo e democrático.

DEBATE NACIONAL

86. Os partidos adversários, como já é tradição, tentarão estadualizar as eleições, com dois objetivos: rebaixar o debate sobre o projeto nacional, priorizando questões locais, e puxar votos para a candidatura presidencial, a partir de seus candidatos que sejam mais fortes em alguns estados.

87. Logicamente, nossa resposta a tal manobra não pode ser a desvalorização das questões locais. Sobre elas, nossos candidatos estaduais precisam apresentar diagnósticos lúcidos e propostas convincentes, demonstrando pleno domínio dos temas, mas, em todas as circunstâncias, imporemos a vinculação desse debate com as grandes questões nacionais, mostrando que os principais problemas vividos pelo povo nos estados só terão solução dentro de uma grande mudança nacional.

88. Por esse caminho, não apenas contribuiremos para a elevação do nível de consciência política na sociedade brasileira, mas também explicaremos a necessidade de eleger governadores, senadores e deputados estaduais e federais ligados a esse projeto nacional de mudança e ao futuro presidente que o colocará em prática. A campanha dos estados deve ter em Lula seu eixo básico, não apenas porque ele é nosso nome mais forte e mais conhecido, com grande potencial para alavancar as chapas estaduais, mas porque essa é a maneira de garantir que a disputa local se assente prioritariamente no grande debate nacional, que nos favorece.

ATAQUE E DEFESA

89. Com esses eixos resumindo o conteúdo amplo de nossa estratégia de campanha, podemos passar ao enfoque mais restrito das principais linhas de ataque que, provavelmente, os adversários dirigirão contra nós. Com isso, temos a intenção de unificar, dentro do que for possível nas diferentes realidades estaduais, um mesmo conteúdo básico na argumentação de defesa e de contra-ataque.

90. É absolutamente certo que, durante toda a campanha, os candidatos das elites e os meios de comunicação a seu serviço estarão batendo forte em Lula, no PT e em nossos aliados, usando, para tanto, falsas e verdadeiras informações. Um partido que se prepara para governar o Brasil tem que estar preparado para conviver, diuturnamente, com a crítica e com a oposição, por mais pesados e até preconceituosos ou injuriosos que sejam os argumentos utilizados.

91. Se cada denúncia envolvendo nossas administrações municipais ou a utilização de carros de som dos sindicatos consegue jogar nossa militância na defensiva, isso significa que os adversários encontraram uma linha eficiente de ataque. É preciso que toda a campanha seja conduzida com a serenidade e com o sangue-frio de quem lidera uma disputa e sabe manter o adversário em situação de desvantagem, sem subestimar suas potencialidades, mas sem cair no erro oposto, da inibição perante uma força que, na realidade, ele não tem.

92. Fazendo uma campanha de líder, em nenhum momento nosso discurso pode dar a qualquer adversário um status superior ao de segundo colocado, ou terceiro, ou quarto. A grande imprensa buscará, a todo custo, inverter a equação que ela própria criou, do chamado anti-Lula, tentando transformar a nossa argumentação em uma espécie de discurso anti-Fernando Henrique, anti-Quércia ou anti outra coisa qualquer.

93. Recusaremos a armadilha e manteremos a conduta altiva de quem é campeão: propondo, afirmando o programa, desenhando o Brasil que vamos construir, dialogando com os setores não-organizados, reforçando a decisão de voto das grandes massas e confinando os adversários no limite estrito de sua força real. Observada essa linha geral de conduta, própria de quem lidera, seremos mais eficazes na resposta aos ataques que despontam como mais prováveis.

CORRUPÇÃO

94. Da avalanche de escândalos que soterrou o Governo Collor e manchou a imagem do Congresso Nacional, deixando, com o jogo do bicho, o próprio Judiciário sob suspeita, o PT emergiu como partido de mãos limpas e Lula como candidato de imagem fortemente associada à honestidade. Como é indiscutível, hoje, a sensibilidade do País diante do problema da corrupção, essa diferença torna-se mortal para nossos adversários na disputa. Por isso, sua artilharia visará, precisamente, esse alvo em nossa conduta, inventando, distorcendo, com o objetivo de desfazer essa distinção e nivelar nossa imagem na vala comum dos políticos brasileiros. Daí a importância de empunhar a bandeira da moralidade pública e sair na frente, recuperando todas as ligações detectadas entre nossos adversários e Collor, PC Farias, anões do Orçamento, negociatas, empreiteiras e o crime organizado. Mas, desde o primeiro momento, será preciso aplicar vacinas, imunizando a opinião pública contra as mentiras que os adversários inventarão a nosso respeito. Nesse embate, poremos a perder toda a nossa vantagem se resvalarmos para denúncias não fundamentadas, para acusações sem apoio em fatos concretos e para as generalizações, onde um único honesto que seja acusado injustamente termina absolvendo os 30 corruptos que o cercam.

95. De qualquer modo, nessa batalha, a ofensiva é nossa, não se justificando qualquer recuo ou desorientação quando a direita eventualmente instalar a CPI da CUT, exibir fotos com nossos candidatos discursando em veículos de um sindicato, mostrar recibos de doações para nossa campanha ou martelar a surrada tecla da amizade de Lula com este ou com aquele empresário.

96. Responderemos sempre com a verdade, exibindo provas, abrindo processos contra os caluniadores, recusando acobertar qualquer irregularidade detectada em nossas fileiras. E retomaremos nossas denúncias, incorporando o argumento da legitimidade do apoio sindical ao candidato da classe trabalhadora e a brutal desproporção entre os minúsculos atos atribuídos aos nossos apoiadores e a escala dos milhões de dólares das maracutaias que chamuscaram praticamente todos os nossos adversários.

GOVERNABILIDADE

97. Tentando esconder o fato de que o Brasil não tem governo há mais de dez anos, o discurso da classe dominante, nos últimos tempos, vem se curvando à realidade de que Lula será o provável vencedor. Acena, então, com a ameaça da falta de governabilidade.

98. Nessa manobra, os mais próximos da direita fascista chegam a invocar as Forças Armadas, violando as leis e as regras democráticas do jogo institucional, que os trabalhadores vêm respeitando e valorizando. Mas o chamamento golpista não tem encontrado a resposta desejada, principalmente entre os militares da ativa, que passam por uma crise não só de ordem econômica – baixos salários e precárias condições materiais de funcionamento – como também devido à circunstância de que não têm, hoje, um projeto nacional ou mesmo um projeto claro para si mesmos. Nossa possibilidade de diálogo, portanto, coloca-se na medida em que o nosso projeto nacional visa atender não só as necessidades das amplas massas populares,

como também a defesa da soberania nacional e uma política econômica que levará à melhoria significativa das condições de salários e de vida dos assalariados em geral e, dentre eles, os militares. Assim, a ameaça de golpe não nos intimida. O processo democrático vem criando elementos que dificultam as possibilidades de rupturas militares. O PT propõe a redefinição das Forças Armadas, democratizando sua estrutura e suas relações com a sociedade. Além disso, o governo democrático-popular estará baseado na mobilização da população, das entidades populares, das forças democráticas e contará, ainda, com o apoio da comunidade internacional democrática, contra as quais dificilmente se imporão aventuras golpistas.

99. A falta de governabilidade é abordada pelos adversários também sob dois outros ângulos: o da fuga generalizada de capitais e o da falta de sustentação no Congresso.

100. Quanto aos capitais, em primeiro lugar, nossa campanha deve mostrar aos empresários que a retomada do crescimento e a construção de um poderoso mercado consumidor de alimentos e de bens populares – potencialmente duas vezes maior que o atual – representarão atrativos mais compensadores do que as taxas de juro dos bancos suíços. Deve mostrar que a duplicação da escala produtiva compensará, em muito, a queda relativa na taxa de lucros, que a recuperação salarial necessariamente induzirá.

101. Em segundo lugar, um governo de moralidade inquestionável terá autoridade (pela primeira vez em nossa história) para fazer cumprir a lei, não apenas enquadrando os sonegadores, mas todos aqueles que se dedicam ao contrabando de divisas. E meia dúzia de Mário Amato que deixem o País pouco pesarão na balança de um sistema produtivo de dimensões continentais.

102. Quanto ao segundo argumento, a verdade é que as forças conservadoras estão subestimando o grau de irritação popular diante da atual classe política. Estão sonhando com a eleição de governadores e de um Congresso Nacional semelhantes aos de hoje. Enganam-se. A campanha nem sequer começou e já se admite a vitória de inúmeros governadores que trabalharão com o nome de Lula. Até os cálculos pessimistas aceitam que haverá grande crescimento das forças democráticas e populares no Legislativo. Ora, se com bancadas reduzidas já fomos capazes de barrar a milionária e audaciosa jogada da revisão constitucional, é certo que conseguiremos muito mais com uma bancada progressista bem maior e tendo em mãos os mecanismos de negociação que a Presidência detém.

103. A essência de nossa argumentação, nesse campo, será mostrar que não há melhores condições de governabilidade do que quando se elege um presidente profundamente identificado com a vida do povo, disposto a tocar em suas aspirações mais profundas, e quando esse povo se organiza para sustentar as reformas propostas, participando ativamente na definição das prioridades, na elaboração das leis e na fiscalização diária de todas as estruturas de governo.

104. A garantia da governabilidade deve ser completada com nossa decisão de imprimir à campanha um verdadeiro teor constituinte, na medida em que, apesar de vitoriosos na anulação da revisão espúria, sabemos que a atual Constituição precisa ser modificada, não na direção tentada pelas elites, mas para permitir ou facilitar o processo de reformas estruturais, elevando a democracia representativa a novos patamares. Por fim, a governabilidade se garantirá com os próprios resultados

das urnas, revelando o anseio popular pelas mudanças, através de expressivas votações nas chapas de Lula, em cada estado, de ponta a ponta.

DESPREPARO

105. Na medida em que essa linha de ataque raia os limites da baixaria e do mais puro preconceito das elites contra o valor da classe trabalhadora, será até natural que nossa resposta venha embalada em razoável dose de indignação. Nesse sentido, nossa militância já usa o argumento de que, para esses adversários, Collor tinha preparo, PC Farias tinha, Sarney tinha e Itamar tem. E o Brasil vai se afundando nesse mar de lama, de miséria e de desesperança. Que despreparada é essa elite corrupta e incompetente que governa o Brasil há tantos anos. São esses políticos almofadinhas, que nunca viram uma enxada de perto, nem conhecem o cheiro da graxa, a vida do barraco, o cheiro do povo.

106. Mas a resposta a esse discurso preconceituoso deve incluir a explicação de que acima da escola acadêmica está a escola da vida e a sensibilidade frente à vida do povo; fazer menção à notória capacidade de Lula na argumentação e ao poder oratório que os adversários, formados na universidade, não possuem; ao seu perfil de hábil negociador, reconhecido pelos próprios inimigos; ao seu profundo conhecimento – de dentro – sobre a vida do trabalhador; à universidade que foi, para ele, a vida sindical, quando contribuiu decisivamente para despertar o Brasil e derrotar o Regime Militar; à sua trajetória política absolutamente vitoriosa e ao conjunto de quadros, partidos e personalidades que consegue aglutinar em torno de sua candidatura.

107. Porque em torno de Lula já se reúnem os partidos decentes do Brasil e, fatalmente, se reunirão as lideranças sérias do PSDB, do PDT e do próprio PMDB, assim como uma parcela muito expressiva dos intelectuais, cientistas, professores, sindicalistas e especialistas mais respeitados de cada área. E o exercício de governo não é uma tarefa individual, e sim trabalho de equipe, onde conta muito a identidade de propósitos e a ação coletiva de um conjunto amplo de administradores, que trabalharão sob a comprovada liderança de Lula.

108. Para arrematar, exibiremos a experiência histórica das Caravanas da Cidadania (que nenhum adversário conseguirá repetir) como verdadeira pós-graduação de nosso candidato a respeito dos problemas brasileiros. Rasgando mais de 30 mil quilômetros de território nacional, visitou centenas de cidades em todos os estados, de norte a sul, de leste a oeste, no decorrer de um ano, quando consultou e recolheu as idéias dos trabalhadores rurais, colonos, operários, mineiros, donas de casa, garimpeiros, índios, seringueiros, padres, pastores, professores, estudantes, funcionários públicos, prefeitos, vereadores, comerciantes, empresários e fazendeiros, enquanto os outros candidatos permaneciam trancados em seus gabinetes.

ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

109. Em um cenário nacional em que a profundidade da crise faz crescer a insatisfação popular com as três esferas de governo, sendo impossível a uma

prefeitura, isoladamente, solucionar todos os problemas da população, está claro que uma linha de ataque seguida por nossos adversários estará relacionada com nossas administrações.

110. Acontecerá, então, uma guerra de informações. De nossa parte, é preciso reunir todas as informações positivas de nossas prefeituras (inversão de prioridades, creches, escolas, merenda, sacolões, hospitais, transportes, orçamento participativo, índices de aprovação nas pesquisas), tomando a ofensiva nesse confronto, ao mesmo tempo em que desmentimos os que falam em despreparo.

111. Os partidos adversários controlam, hoje, vários governos estaduais e um número muito superior de prefeituras, onde será fácil localizar descontentamentos, falcatruas e verdadeiros descabros administrativos. Torna-se urgente organizar esse mapa de informações, utilizando-as em momentos importantes da campanha, ou como contraponto às investidas adversárias contra prefeituras onde tenhamos baixa aprovação ou onde apontem irregularidades, reais ou inventadas. Não repetiremos a defensiva de outras campanhas, quando deixamos na sombra importantes trabalhos que realizamos em nossas prefeituras e recuamos perante denúncias forjadas, que mais tarde o próprio Judiciário invalidou.

112. Sendo o PT e nossos aliados partidos formados, obviamente, por pessoas, passíveis de falhas e de erros, sempre existirão pontos vulneráveis a serem visados pelo inimigo. Em qualquer hipótese, essas falhas localizadas não devem nos fazer perder de vista a imagem de honestidade, combatividade e disposição de trabalho que temos junto à sociedade, em geral, e junto ao povo pobre, em particular.

113. Onde existirem irregularidades comprovadas, deve partir de nós mesmos a iniciativa da investigação e da punição, dando exemplo prático de como será nossa administração no nível federal. Às calúnias responderemos com ações na Justiça comum e Eleitoral, assegurando direito de resposta. E teremos, sempre, números concretos para contrapor ao impacto de cada desgaste, valorizando nossas realizações e desmascarando cinco prefeituras controladas pelos adversários, para cada uma focalizada criticamente por eles.

“MODERNIDADE”

114. O cinismo da classe dominante atinge seu limite máximo quando, praticamente, todos os meios de comunicação de massa se unem nessa farsa de considerar moderno o arrocho salarial como medida de ajuste monetário, a privatização de estatais a preços vis, a abertura sem critérios das importações, que traz desemprego e fechamento de indústrias, a liberdade dos cartéis ditarem os preços e o próprio ritmo da inflação; e tudo o mais que seguir o receituário míope do neoliberalismo, que já declina nos países ricos.

115. Para as elites brasileiras, qualquer proposta de defesa da soberania nacional, da presença do Estado como regulador e indutor do desenvolvimento econômico, do direito de as categorias profissionais defenderem seus salários e empregos, do patrimônio público representado pelas estatais, tudo isso é abordado como velho, ou até jurássico. Ora, aqui não haverá meio termo. Eles ganharão o debate na Fiesp, na Febraban e em certos ambientes de imprensa. Nós ganharemos junto ao povo.

116. Mostraremos que, para nós, modernidade é garantir o prato de comida de cada brasileiro, é exigir direitos de cidadania para os 32 milhões de miseráveis que o desenvolvimento capitalista gerou no Brasil, é impedir que empresas eficientes, como a Petrobrás, fruto de 50 anos de investimentos públicos, sejam entregues a preço de banana para grupos particulares. Denunciaremos que, para as elites, a modernidade da economia é a baderna do atual mercado brasileiro, em que os salários são achatados, os juros disparam e a inflação não cede; que, para eles, a modernidade política é a liberdade para que as redes de televisão repitam manipulações como as de 1989, para garantir a eleição da quadrilha de Collor de Mello.

117. Mas precisamos ter claro que esse necessário confronto no debate não nos dispensa de usar argumentos sérios e sensatos, conforme está claramente delineado em nosso programa de governo, no qual – ao contrário do que aparece nas distorcidas reportagens de uma imprensa comprometida – não existe qualquer mentalidade ortodoxa ou semelhança com os modelos econômicos e políticos que vigoraram na experiência do socialismo burocrático.

GUERRA IDEOLÓGICA

118. Como em 1989, é provável que, em certo momento da disputa, o combate à candidatura Lula passe a ser feito basicamente através de manipulações grosseiras (como a gravação com Miriam Cordeiro ou o seqüestro de Abílio Diniz), além da mais extremada guerra ideológica. O discurso da direita, nesse caso, não será inovador: comunismo, religião, família, drogas, aborto, propriedade, violência, homossexualismo, assumirão a dianteira na argumentação dirigida contra nós, em um possível contexto de histeria conservadora diante da iminente vitória popular.

119. Não há como impedir esse tipo de degeneração. Por isso, é necessário que desde o primeiro momento já abordemos, em nossa propaganda, cada um desses tópicos, apresentando nossa verdadeira opinião sobre os temas e antecipando – como vacina – por onde virão as deturpações e calúnias dos adversários. Sendo assim, não podemos evitar a defesa de nossa concepção de socialismo, mesmo não sendo o mote da campanha, nem a questão fundamental em disputa. Se não o fizermos, a direita tentará nos atribuir uma concepção falsa, que usará contra nós.

120. Trabalhando de maneira adequada essa questão em nosso horário de TV e rádio, será plenamente viável formar junto à população uma proteção eficaz, que fará minguar os efeitos do ataque radicalizado. De qualquer modo, exige-se, em nossa campanha, um discurso nacionalmente coerente, para evitar enfoques desencontrados e até antagônicos de estado para estado. A coerência das respostas deve levar em conta, também, o contexto global de nossa candidatura. É evidente que o PT não é um partido comunista, mas também é verdade que temos comunistas em nossa coligação e, em nenhuma hipótese, aceitaremos o argumento cínico, que jornalistas já usam na imprensa, equiparando a aliança do PSDB com o PFL à nossa coligação com o PCdoB.

Conflitos no PT

121. Com Lula encabeçando nossas chapas em todo o País, não será fácil para os adversários repetirem o ocorrido em outras eleições, onde seu ataque poupou a pessoa do candidato (Suplicy em São Paulo, por exemplo), concentrando sobre o PT a bateria de agressões. Afinal de contas, Lula é fundador, principal líder e a própria cara do Partido.

122. Mas já adotam uma variante dessa mesma tática, tentando construir a versão de que Lula é refém do Partido, que, por sua vez, estaria sob controle de alas radicais. O que ocorre, nesse caso, é uma tentativa de impor a visão politicamente antidemocrática e autoritária de que os líderes e governantes são mais importantes do que os partidos, colocando-se acima deles, idéia essa tantas vezes já rechaçada pelo PT e pelo próprio Lula.

123. Apoiando suas campanhas em pesquisas de opinião, eles sabem que no imaginário popular já conseguiram produzir certa associação entre o PT e as idéias de “bagunça”, “baderna” e até mesmo “violência”. Essa associação, embora não assuma índices alarmantes, já é suficiente para requerer cuidados de nossa parte.

124. Em primeiro lugar, está claro que a vinculação com baderna não resulta apenas da propaganda inimiga. Sendo marcadamente um partido da luta social, o PT está presente em todas as greves, lutas populares e ocupações de terra. Quando existe repressão, existe a imagem de bagunça, e um partido realmente comprometido com as lutas do povo não tem porque fugir disso.

125. Já a associação com violência é mais problemática. Ela exige não apenas uma linha de intervenção em que fique bem clara nossa índole essencialmente democrática, mas, principalmente, a necessidade de dar pronta resposta às insinuações, que ocorrerão durante toda a disputa. Também tentarão nos chamar de radicais. Devemos assumir a radicalidade de nossa luta contra as atuais condições de vida e por reformas profundas, mas devemos repelir a indevida associação, que a direita tenta fazer, entre combatividade ou radicalidade com violência e baderna.

126. Os adversários sabem que não é preciso comprovar qualquer vínculo do PT com a violência para gerar desgaste. Basta manter a questão sistematicamente em pauta, para que ele se produza. Por isso, como já fizemos no último programa nacional de rádio e TV, agiremos preventivamente, recapitulando a série de armações já montadas contra nós – Leme, assalto na Bahia, Abílio Diniz, Osvaldo Cruz – como evidência de que os adversários mentem propositalmente, conforme tem ficado sempre provado, posteriormente, na própria Justiça.

127. Quanto aos conflitos internos do PT e hipotéticas diferenças com o próprio Lula, é fundamental (como já se afirmou neste documento) que o Partido mantenha sua pluralidade e seus saudáveis embates internos, mas alçando um novo patamar de unidade entre todos os militantes e todas as correntes, deixando particularmente frisado que essa unidade se alicerça em torno de nosso programa, em torno da vontade de mudar o Brasil e em torno da liderança inquestionável exercida por nosso candidato. É interessante notar que, nessa crítica, a imprensa não se preocupa com a coerência. Quando o PT age de forma monolítica, vem a grita contra o autoritarismo. Quando as divergências afloram, então trata-se de um

partido rachado. E nessas cobranças preconceituosas, as próprias virtudes do PT são tratadas como defeitos.

PANORAMA DAS CANDIDATURAS

128. O cenário das candidaturas ainda não está definido em todos os seus detalhes, mas já ficou bem nítido o desenho geral da disputa. É bastante reduzida a possibilidade de surgirem candidatos novos (alternativas como Sílvio Santos, Pelé e outras) ou de se produzirem surpresas, colocando efetivamente no páreo algum novato como esse herdeiro do império Guararapes, recentemente lançado pelo PL. O mais seguro é que, desde a largada, Lula venha a ser perseguido por quatro ou, no máximo, cinco candidatos, sendo que, hoje, apenas dois deles despontam com alguma viabilidade.

129. A definição de uma estratégia geral para nossa campanha deve incorporar, então, uma avaliação individualizada dos quatro nomes que as informações do presente momento apontam como candidatos já lançados, ou com alta possibilidade de o serem. Isso porque a unificação de uma análise sobre as chances de cada adversário, a base social que representam, o discurso que, provavelmente, adotarão, seus pontos fortes e fracos, é essencial para garantir à campanha Lula uma condução inteligente e eficaz.

130. Brizola ainda não confirmou sua candidatura de maneira cabal, sendo possível que venha a fazê-lo apenas no último prazo permitido por lei, enquanto faz sinalizações ou negocia, simultaneamente, com o PMDB e com o PPR. Ao final dessas negociações pode, eventualmente, disputar o Senado pelo Rio, mas seu espírito caudilhesco, obviamente, o impele a disputar a Presidência mesmo.

131. Confirmada sua candidatura, Brizola tem como principal problema a constatação, praticamente consensual, acerca da inviabilidade de sua vitória. Campeão de rejeição como governador, perde a olhos vistos seu eleitorado tradicional no Rio [de Janeiro] e no Rio Grande do Sul, conta com baixíssimo apoio entre empresários, desgastou-se mantendo a adesão a Collor, quando todos já pulavam fora do barco, e mantém com a Rede Globo uma beligerância que, embora corajosa e democrática, na verdade anula suas possibilidades de converter-se no candidato das elites para derrotar Lula.

132. No entanto, tem a seu favor o passado progressista e alguns resquícios da mística de exilado político durante a Ditadura. Seu nome não aparece diretamente vinculado à corrupção e possui alguns dotes de comunicador, em estilo antigo, capaz de sensibilizar parcelas do povo com bons argumentos acerca da educação, das negociações envolvendo a privatização das estatais e da importância de se preservar a soberania nacional.

133. Esta última característica lhe concede índices de pesquisa que explicam o fato de ser, atualmente, cortejado para alianças. Não apenas Quércia e Maluf tentam atraí-lo para suas chapas à direita. A própria Frente que vem se estruturando em torno de Lula concluiu pela importância de fazer chamamentos claros para seu alinhamento no campo popular e democrático, ao qual sua figura esteve ligada durante tantas décadas.

134. Sabíamos que esse aceno poderia provocar respostas desafortunadas, mas o gesto político tem seus objetivos táticos: importantes lideranças estaduais do PDT, como Dante de Oliveira e Jackson Barreto, se deslocam nitidamente para o apoio a Lula e, mais que isso, enormes setores de seu eleitorado pendem para uma proximidade conosco, conforme já ficou demonstrado em 1989.

135. Por tudo isso, mesmo que adote uma linha de ataque sistemático contra nós, o que é até provável, em princípio Brizola não será alvo prioritário em nossa abordagem. Assumiremos um comportamento de paciência e tolerância (sempre respeitando os limites da dignidade), por força da delicada operação política que tende a ser nossa coligação com o PDT em alguns estados, e da importância de atrair em bloco seu eleitorado para Lula na arrancada final de 3 de outubro, ou no segundo turno.

136. Esperidião Amim tem grandes chances de ser o encabeçador da chapa mais nitidamente de direita, uma vez que seria mortal para o PPR não lançar um nome para a Presidência. Tanto quanto Brizola, a viabilidade de sua vitória é quase nula, o que já pesou fortemente no recuo de Maluf, que seria o nome mais forte do PPR. Sua presença na disputa terá, portanto, um significado de preservação partidária e, sobretudo, de atuação como linha auxiliar das forças conservadoras, assumindo – como fez Ronaldo Caiado, em 1989 – o trabalho sujo da campanha contra Lula.

137. Dele virá a insistência em instalar a CPI da CUT durante a campanha, dele virá a ladainha das acusações tentando manchar nossa imagem de moralidade, dele virá o ataque mais grosseiro na linha do preconceito fascista contra a classe trabalhadora e a surrada propaganda ultradireitista, abordando o Muro de Berlim, a foice e o martelo, as invasões de terra, o aborto etc. Não temos como evitar o confronto direto contra esse tipo de investida, mas devemos manter claro que esse candidato de discurso extremista é uma peça secundária na atual disputa, quando a gravidade da crise e a fragilidade da hegemonia exercida pelos setores dominantes os obrigaram a enfrentar Lula com figuras menos identificadas com a direita conservadora.

138. Quéricia, que muito provavelmente vence a disputa interna do PMDB, é hoje um dos políticos brasileiros de mais alta rejeição e cuja imagem se vincula mais nitidamente à corrupção. Não pode ser afastada nem mesmo a hipótese de sua candidatura ser objeto de impugnações judiciais. Entretanto, o fato de apoiar-se em uma poderosa rede nacional de fisiologismo e práticas clientelistas, exercidas por centenas de prefeituras peemedebistas, dá a ele condições concretas de disputa. Tido como carta fora do baralho até muito recentemente, deu uma guinada em sua espiral descendente e, ao que tudo indica, derrotou os anti-quercistas de seu partido, limitando as dissidências mais expressivas a Pernambuco e ao Rio Grande do Sul.

139. Não é, hoje, a alternativa preferida pelo grande capital, mas certamente fará uma campanha apoiada em recursos financeiros abundantes, oriundos de seu consórcio com as construtoras de estradas, de seu papel na privatização da VASP, de irregularidades como a raspadinha, importações de Israel etc. Adotará uma propaganda desenvolvimentista, alardeando suas obras como governador de São Paulo e a necessidade de gerar empregos e retomar o crescimento econômico. Sendo ideologicamente líquido, por se adaptar a qualquer recipiente, optará por uma

argumentação mais à direita ou mais à esquerda de acordo com os ventos da corrida. De início, pode atirar contra Fernando Henrique, tentando assumir a segunda colocação e a coroa de anti-Lula, para reivindicar o apoio do empresariado, mas é provável que faça também de Lula um alvo privilegiado. Seu raciocínio é elementar: possuindo a imagem de ladrão, sua única chance está em desqualificar a todos nesse campo, zerando o placar.

140. Os meios de comunicação de massa cuidam, por enquanto, de mantê-lo relativamente apagado, para não dispersar as forças que querem ver concentradas em volta de Fernando Henrique. Mas a estratégia da campanha Lula não pode cometer o erro de desconsiderar as possibilidades eleitorais de Quércia. Seu discurso típico, seu fisiologismo e sua rede nacional de implantação, via prefeituras e governos estaduais, podem valer como alavancas para seus índices, levando o grande capital a saltar do barco de Fernando Henrique em sua direção.

141. Por ora, não há sentido em priorizá-lo como alvo, mas não subestimaremos sua força e a capacidade de articular alianças brancas, como a que se insinua em São Paulo, com Maluf. De qualquer modo, a sensibilidade nacional existente, hoje, frente à corrupção e o volume de elementos existentes contra ele nesse campo funcionam como forte limitação para seu crescimento, ao mesmo tempo que já apontam a linha por onde nossa campanha haverá de abordá-lo.

142. Fernando Henrique representa, neste início de campanha, a grande cartada das forças conservadoras, das redes de TV e demais meios de comunicação de massa, dos banqueiros, do grande capital e dos próprios círculos financeiros internacionais. Pode consolidar-se, na campanha, como uma espécie de frente única das classes dominantes. Tem a seu favor essa quase unanimidade entre as elites, sua abundante presença na mídia e sua imagem de intelectual que, antes do recente alinhamento com a direita e com o neoliberalismo, militou no campo popular-democrático, onde reuniu alta respeitabilidade.

143. Sua candidatura não pode ser subestimada. Era, de fato, o único caminho possível, na atual conjuntura, para se criar uma alternativa a Lula com viabilidade. Apresenta-se na disputa como candidato de centro, que pretende puxar a centro-esquerda para uni-la com a direita, deixando isolada a candidatura da esquerda. Tenta projetar uma conduta de negociador e de antiaventureiro, para dissociar-se da má imagem deixada por Collor, e fugir de algumas semelhanças.

144. Já é lugar-comum a afirmação de que seu futuro, como candidato, está ligado aos resultados do plano econômico lançado poucos dias antes de, irresponsavelmente, deixar o Ministério para assumir uma candidatura, o que atrapalha a tramitação de suas Medidas Provisórias no Congresso e reforça a interpretação que indica um novo estelionato eleitoral (Plano Cruzado dos ricos etc.).

145. Mas esse raciocínio óbvio não esgota a questão, por dois motivos. Por um lado, a tendência mais forte é que seu plano nem vá produzir um sucesso total contra a inflação, nem desmorone com tanta rapidez que faça deslocar a direita para o apoio a outro candidato ou abram as portas para nossa vitória já no primeiro turno. Por outro, mesmo no cenário de um êxito temporário do plano (queda da inflação conforme previsto no cálculo do estelionato), a candidatura Lula continuará contando com excelentes chances de vitória, na medida que o conteúdo social básico de

nossas propostas tende a ser o oposto do que Fernando Henrique impôs com seu plano.

146. Em outras palavras, o fato de ser candidato do continuísmo, de Itamar Franco, dos banqueiros e dos grandes grupos econômicos; o fato de ter aparecido, nitidamente, como ministro que exigiu o rebaixamento vergonhoso do salário mínimo ao nível dos 64 dólares; o fato de ter responsabilidade na recaída observada no nível de emprego, constituem elementos suficientemente fortes para enfraquecê-lo, mesmo no cenário de um êxito parcial em seu plano econômico. É evidente que poderão radicalizar o caráter de estelionato, implantando a nova moeda exatamente em um calendário que produza efeitos ainda na fase de definição na intenção de voto do eleitorado, sem deixar nítidos os maus resultados do plano antes de 3 de outubro.

147. Mas, ainda assim, a aliança com o PFL (ao que tudo indica já selada) traz uma quebra de coerência tão brutal na imagem do ex-ministro que a candidatura pode sofrer abalos estruturais irreversíveis. Porque o partido de Fernando Henrique surgiu – se disse na época – como rompimento com o fisiologismo do PMDB. E o PFL representa não apenas a própria encarnação do fisiologismo, do tráfico de influência, da sobrevivência nos governos a qualquer custo, do “é dando que se recebe”, como representa também a herança da Ditadura Militar, a truculência e o crime. Não é por outra razão que essa aliança desencadeou profunda crise no interior do próprio PSDB, onde lideranças estaduais importantíssimas (Bahia, Rio Grande do Norte, Brasília, Santa Catarina etc.) já divulgam, abertamente, a intenção de juntar-se a Lula contra o próprio Fernando Henrique.

148. Seu lançamento pela direita é a demonstração mais recente do transformismo das elites brasileiras, onde políticos profissionais agem como camaleão e se permitem todos os ziguezagues ideológicos para garantir a perpetuidade do mando, exercido pelas velhas forças governantes, no antigo esquema da conciliação, que empurra os problemas nacionais com a barriga, tornando-os cada dia mais graves.

149. De qualquer modo, nossa argumentação a respeito de Fernando Henrique, durante a campanha, deve situar-se em um perfeito ponto de equilíbrio, que vise bater duro em sua conversão ao pensamento neoliberal de direita, em seu pedido para rasgar os escritos do passado, em sua aliança com o PFL e na política de arrocho salarial que impingiu, sem cair em discursos sectários, que possam assemelhar-se a meros insultos. Porque, objetivamente, a intenção de voto em Fernando Henrique é, hoje, a soma de dois contingentes inteiramente distintos: dos que se deslocaram agora, quando ele abraçou bandeiras sagradas do conservadorismo, e dos que se identificam com ele pelo passado hoje renegado.

150. Daí a importância de dialogar, na campanha, com essa base que vem de antes, mostrando a ela que as bandeiras empunhadas por Fernando Henrique naqueles bons tempos estão, hoje, nas mãos de Lula. Particularmente entre a intelectualidade e em setores religiosos essa disputa se faz necessária, tendo boas chances de ser vencida por nós, visto que a aliança com o PFL tem despertado repúdio palpável em muitos estados, sendo que em vários deles as figuras mais coerentes do próprio PSDB marcharão conosco na disputa.

FASES DA CAMPANHA

151. Um último passo necessário na definição da estratégia geral da campanha Lula é a discussão sobre as diferentes fases que a disputa deve assumir, para que possamos coordenar a distribuição de nossas energias, recursos e prioridades ao longo do tempo. Claro está que essa divisão não se prende rigidamente ao formalismo das datas. Mas vale como um esboço geral de cronograma, a ser observado por todas as áreas em que se organiza a campanha.

152. Para nós, em 1º de maio, com o lançamento formal da candidatura Lula, encerrou-se uma primeira fase. Foi uma fase em que priorizamos a busca de definições políticas, discutimos a estratégia e a estruturação da campanha, elaboramos nosso programa de governo, começamos a construir a Frente com os partidos aliados e trabalhamos a questão do vice. Cuidamos também de organizar uma pesquisa nacional em profundidade, para aferir pontos fortes e debilidades de nossa candidatura, assim como para modular nossa linha de campanha em torno das aspirações mais fortes da sociedade.

153. Nessa primeira etapa, vivemos um momento privilegiado, decorrente do fato de termos nossa candidatura firmada, quando outros partidos ainda decidem, da acertada estratégia das Caravanas da Cidadania e do fator extremamente positivo representado pela liderança de Lula em todas as pesquisas. Ao ser lançada oficialmente nossa candidatura, desfrutamos, portanto, de uma posição tão favorável que podemos incluir em nosso planejamento estratégico, com seriedade e prudência, a perspectiva de somar condições para uma vitória no primeiro turno.

154. Mas, em contrapartida, precisamos conduzir a campanha igualmente preparados para momentos de pessimismo, impactos negativos e para fortes oscilações nos índices de pesquisa, oscilações essas que, por sua vez, podem ser verdadeiras ou falsas, conforme já estamos calejados de campanhas anteriores.

155. De qualquer modo, em maio termina o período de definições entre os adversários, que certamente buscarão impor ritmo, acelerando as suas atividades na busca do tempo perdido. Inicia-se, então, uma segunda fase da campanha Lula, que deve durar até o início da propaganda gratuita no rádio e na TV, fase essa que possivelmente esteja subdividida em dois distintos ritmos, antes e depois da Copa do Mundo.

156. Nesta segunda fase, nossa prioridade é a implantação das estruturas da campanha por todo o País, com acento na organização e estimulação dos Comitês Lula, articulação da campanha entre os mais importantes setores sociais (sindicalistas, religiosos, estudantes, professores, intelectuais etc.), difusão dos símbolos, músicas e propaganda eleitoral, preparação de eventos nos estados etc.

157. Logicamente, terão início os primeiros comícios, marcando o lançamento das candidaturas majoritárias nos estados e a passagem de Lula pelas regiões. Mas devemos levar em conta que, nesse momento, a população ainda se interessa pouco pelo assunto, tornando-se mais racional o investimento de energias na montagem de uma ampla rede de comitês de base, encontros e plenárias de categorias, debates sobre o programa de governo e sobre suas idéias-força etc.

158. Toda a política de agenda deve levar em conta os dados de pesquisa que apontam áreas ainda problemáticas para nossa candidatura, a presença em regiões ainda não visitadas pelas Caravanas da Cidadania e os estados de maior densidade

eleitoral, marcadamente o triângulo Rio-Minas-São Paulo. A criação de fatos políticos assume peso destacado nesse momento, visto que a liderança de Lula praticamente obriga a imprensa a dar cobertura, sob pena de perder credibilidade junto à opinião pública. Também serão priorizadas, nessa segunda fase, algumas importantes viagens internacionais e as atividades de assessoria ao candidato em torno de aspectos técnicos, dados e cifras das principais políticas de governo.

159. Ainda nesse período que segue até a Copa, quando a atenção da sociedade ainda não se voltou de todo para as eleições, completaremos a montagem das estruturas de campanha, refinaremos nossa estratégia, azeitaremos as engrenagens de interligação com as campanhas estaduais, completaremos o estudo a respeito das candidaturas adversárias e tornaremos mais precisa a nossa linha global de comunicação.

160. Tarefa fundamental dessa fase é a estruturação de um eficiente sistema de arrecadação financeira, que suporte os elevados custos de uma campanha dessa envergadura. Igualmente importante será o treinamento de equipes de monitores em todos os estados, capacitando-os a explicar e fundamentar nossas idéias-força, a ajudar a formação dos Comitês Lula, a trabalhar com vídeos em esquema de brigadas eletrônicas etc.

161. Terminada a Copa do Mundo e iniciada a fase da propaganda gratuita na TV, a questão eleitoral entra na casa de todos os brasileiros, as atenções são despertadas e as intenções de voto se confirmam ou modificam com uma velocidade que é proporcional aos eventos de impacto, à eficácia da propaganda e à capacidade de pôr a campanha na rua em ritmo contagiante. Nesse terceiro momento, é fundamental que tenhamos conseguido disseminar de tal modo as idéias-força de nosso programa de governo que a campanha Lula venha a se tornar um desaguadouro natural para amplas mobilizações sociais, garantindo o cenário de participação popular, que será indispensável para garantir um contexto seguro de vitória.

162. A responsabilidade pela condução política da campanha cresce de importância, então. Erros de agenda, de propaganda ou de iniciativas políticas podem trazer sérios prejuízos, nesse momento. E, como não se pode garantir que Lula seguirá com folgada dianteira durante toda a campanha, essa terceira fase deve ser prevista também como momento de recuperar o primeiro lugar nas pesquisas, se o tivermos perdido, ou de aumentar a distância para o segundo colocado, na busca de um diferencial que torne praticamente impossível uma reversão no segundo turno.

163. Será a hora de colocar, de vez, nosso bloco na rua. A partir de uma estrutura organizativa já implantada, com alguns milhares de Comitês Lula devidamente cadastrados e trabalhando com metas precisas, além de outros tantos que brotem espontaneamente pelo País, lançaremos a Grande Caravana da Vitória, com comícios, passeatas, carreatas, panfletagens, mutirões de visita de casa em casa, ocupação das avenidas nas grandes cidades, teatro de rua, presença nas escolas, fábricas, lojas, escritórios e em todas as estradas e fazendas.

164. Essa fase pode, ainda, ser desdobrada em uma quarta, de arrancada final nas últimas duas semanas, quando Lula Lá pode se transformar na palavra de ordem Lula Já, para garantir a vitória já no primeiro turno. Essa hipótese nos obriga a organizar equipes que, desde maio, passem a trabalhar questões concretas, como

os cenários de governabilidade, medidas dos primeiros dias, monitoramento dos índices inflacionários, negociações preventivas etc.

165. Ainda não sabemos se a nova legislação sobre o rádio e a TV vai provocar quebra no interesse da população em acompanhar os programas, mas até as últimas eleições havia consenso em que o papel dessa propaganda chega a ser quase decisivo na condução da campanha.

166. Daí a importância de refletir na agenda do candidato o tempo necessário para garantir mensagens claras, fortes e convincentes, que chegarão a milhões de brasileiros que não comparecem aos comícios, nem foram atingidos pelas Caravanas.

167. Tudo indica que, nessa última fase, sejam organizados também os grandes debates pela televisão, que podem ter peso também decisivo, a depender do equilíbrio existente nas intenções de voto. O fato de sermos líderes, assim como as experiências de todas as campanhas eleitorais dos últimos anos, nos levarão a participar dos debates quando, onde e nas condições que garantam, objetivamente, um debate democrático e produtivo, sem as distorções ocorridas no passado.

168. Em princípio, representamos a candidatura mais interessada nesse tipo de debate, pela oportunidade que oferece de priorizar o embate programático, confrontando nossas idéias-força com a agenda neoliberal da maioria dos adversários, assim como é notória a força carismática de Lula e o poder de comunicação de sua palavra no rádio ou na televisão. Mas está claro que, também nesse item, não se pode admitir o erro da ingenuidade.

169. Encerrando, é preciso reafirmar e frisar que, nesta disputa histórica de 1994, o resultado do jogo será menos decidido pelos esquemas eletrônicos de propaganda na TV, pelos recursos tecnológicos e financeiros de cada candidato ou até por textos definindo uma correta estratégia de luta.

170. O jogo será decidido pela raça dos que entrarem na luta com disposição de ganhar. Pela força da classe trabalhadora e pela vontade do povo em acabar com essa situação de pobreza, corrupção e desesperança que toma conta do Brasil.